

Lobby ENTENDA Q QUE É E O QUE NÃO É



SUMÁRIO

Introdução	03
O que é Lobby?	04
O que NÃO é Lobby?	06
A Regulamentação do Lobby	07
Recomendações para a Imprensa	09
Conclusão	10
Referências	11



1. Introdução

A imprensa desempenha um papel fundamental na formação da opinião pública e na fiscalização dos poderes. A utilização precisa da linguagem é, portanto, uma responsabilidade inerente ao jornalismo. contexto político, o termo "lobby" é frequentemente empregado de forma pejorativa, como sinônimo de corrupção ou tráfico de influência. Esta cartilha tem como objetivo fornecer aos profissionais da imprensa informações claras e objetivas sobre o que é e o que não é lobby, a fim de promover uma cobertura mais precisa e justa, que distinga a atividade legítima de representação de interesses de práticas criminosas.

irelgov

2. O que é Lobby?

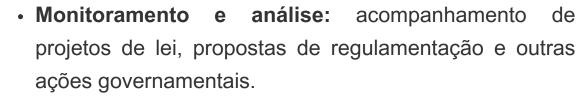


O lobby é uma atividade legítima e essencial ao funcionamento da democracia. Trata-se da defesa de interesses — de indivíduos, empresas, organizações da sociedade civil e até mesmo de entes governamentais — junto aos tomadores de decisão dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e nos três níveis federativos (nacional, estadual e municipal). O objetivo do lobby é influenciar a formulação e a implementação de políticas públicas, leis e regulamentações, de forma a garantir que diferentes perspectivas sejam consideradas no processo decisório.

A Câmara dos Deputados do Brasil descreve o lobby como "o processo pelo qual os indivíduos ou grupos interessados em ações públicas buscam participar do processo estatal de tomada de decisões". Já a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desta que "o lobby e a influência, quando realizados dentro de um marco legal que prioriza a integridade, a transparência e a equidade, podem oferecer a expertise e os insights necessários para a formulação de políticas públicas mais eficazes".

É importante ressaltar que a atividade de lobby não se resume à persuasão. Ela envolve um conjunto de atividades técnicas e estratégicas, como:







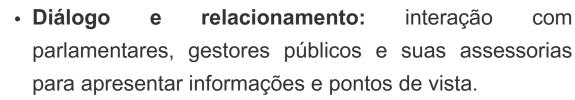
 Pesquisa argumentação: coleta е de elaboração de estudos técnicos e construção de argumentos para subsidiar a defesa dos interesses.



2. O que é Lobby?









• Articulação e mobilização: construção de alianças com outros grupos e mobilização da sociedade civil.



2. O que NÃO é Lobby?

É crucial distinguir o lobby de práticas ilegais que visam obter vantagens indevidas do Estado. As seguintes práticas são criminosas e não devem ser confundidas com a atividade legítima de lobby:



 Corrupção: oferecer ou receber vantagem indevida para si ou para outrem, em troca de favores ou decisões.



 Tráfico de influência: solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.



 Busca de tratamento privilegiado: tentar obter tratamento diferenciado e ilegal, que não seja estendido a todos os cidadãos e grupos.

Associar o lobby a essas práticas criminosas não apenas estigmatiza uma atividade legítima, mas também desvia o foco dos verdadeiros crimes que devem ser investigados e punidos.



4. A Regulamentação do Lobby

No Brasil, a atividade de lobby ainda não possui uma legislação específica, o que gera um ambiente de incerteza e dificulta a transparência. Diversos projetos de lei sobre o tema tramitam no Congresso Nacional, buscando estabelecer regras claras para a representação de interesses. A ausência de uma regulamentação, no entanto, não significa que a atividade seja ilegal ou que não existam normas a serem seguidas. O lobby deve sempre ser exercido dentro dos limites da ordem jurídica, respeitando os princípios da administração pública, como a legalidade, a impessoalidade e a moralidade.

Em outros países, como nos Estados Unidos, o lobby é regulamentado há décadas. A legislação norte-americana exige o registro de lobistas, a divulgação de informações sobre suas atividades e clientes, e estabelece regras de conduta e penalidades para o seu descumprimento. A regulamentação, quando bem desenhada, contribui para a transparência, a integridade e o equilíbrio na representação de interesses.

De acordo com a Transparência Internacional, as melhores práticas na regulamentação do lobby focam em três pilares essenciais:



 Transparência no lobby: governos devem manter registros públicos de lobistas e suas atividades. Esses registros devem incluir o nome do lobista, a identidade do cliente e o assunto das atividades de lobby. Além disso, as interações entre tomadores de decisão e lobistas devem ser publicadas proativamente para criar um panorama completo da influência.



4. A Regulamentação do Lobby



 Integridade no lobby: lobistas devem aderir a códigos aplicáveis que proíbam informações conduta enganosas, suborno ou outras formas de influência ilícita. Restrições pós-emprego, como um período de quarentena de pelo menos dois anos, devem ser impostas antes que ex-funcionários públicos possam fazer lobby em nome de outros grupos de interesse. Comportamentos como pagar por acesso ou oferecer influenciar resultados presentes luxuosos para legislativos devem ser proibidos.



 Responsabilização na tomada de decisão: os cidadãos têm o direito de saber quem está fazendo lobby e como isso impacta a tomada de decisões públicas. Uma autoridade independente, e não o poder executivo ou legislativo, deve ser responsável por supervisionar e fazer cumprir as regulamentações e códigos de conduta de lobby.

O Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV) tem atuado ativamente para que as boas práticas recomendadas pela OCDE e pela Transparência Internacional sejam incorporadas às propostas de lei atualmente em tramitação no Congresso Nacional. O objetivo é assegurar que a futura regulamentação do lobby promova integridade e transparência, sem criar barreiras indevidas ao diálogo legítimo entre os setores público e privado/sociedade civil.



5. Recomendações para a Imprensa

Para uma cobertura jornalística mais precisa e responsável sobre o tema, recomendamos:



 Use o termo "lobby" com precisão: automaticamente a atividades ilegais. Ao noticiar um crime, como corrupção ou tráfico de influência, utilize a terminologia correta e não o termo "lobby".



 Contextualize a atividade: ao cobrir a atuação de grupos de interesse, explique quais são os interesses em jogo, quem está sendo representado e quais são os argumentos apresentados. Diferencie a defesa legítima de interesses de práticas questionáveis.



 Valorize a transparência: incentive e cobre a transparência nas relações entre representantes de interesses e o poder público. A divulgação de agendas, a realização de audiências públicas e o registro de lobistas são mecanismos que fortalecem a democracia.



 Busque fontes diversas: ouça os diferentes lados envolvidos em um debate, incluindo os representantes dos grupos de interesse, os tomadores de decisão e especialistas no assunto.



 Informe sobre a legitimidade da prática no país: conforme previsto na Constituição Federal, toda pessoa tem o direito de peticionar aos poderes públicos, o que inclui a defesa transparente e responsável de interesses perante o Estado.



6. Conclusão

O lobby, quando exercido de forma ética e transparente, é uma ferramenta valiosa para a construção de políticas públicas mais justas e eficazes. A imprensa tem um papel crucial em desmistificar o conceito e em informar a sociedade sobre a importância da participação dos diversos setores no processo decisório. Ao diferenciar o lobby legítimo de práticas criminosas, o jornalismo contribui para o fortalecimento da democracia e para o combate à corrupção.

Referências

Câmara dos Deputados. O que é lobby?. Disponível em:

https://evc.camara.leg.br/site/wp-content/uploads/2022/04/o que e lobby.pdf.

Acesso em: 06 de outubro de 2025.

OCDE. Lobbying and influence. Disponível em:

https://www.oecd.org/en/topics/lobbying.html.

Acesso em: 06 de outubro de 2025

Transparência Internacional. International Standards for lobbying regulation. Disponível em: https://lobbyingtransparency.net/standards/.

Acesso em: 06 de outubro de 2025.



